











**ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS**

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**  
(Em milhares de Reais)

O montante de imposto de renda e contribuição social diferidos está segregado entre as Empresas: Controladora R\$ 326.362 (2021 – R\$ 232.665), e as Controladas PEFISA R\$ 284.821 (2021 – R\$ 265.435), Promotora R\$ 77 (2021 – R\$ 0) e Alinc R\$ (14.720) (2021 – R\$ (12.117)).

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2020	Resultado	Saldo em 2021	Saldo em 2020	Resultado	Saldo em 2021
Base negativa CSLL	5.145	28.859	34.004	7.016	34.117	41.133
Prejuízo fiscal – IRPJ	3.265	80.123	83.388	8.440	87.490	95.930
<b>Provisões não dedutíveis temporariamente</b>						
Bônus a empregados	22.059	(3.737)	18.322	24.600	(4.097)	20.503
Contingências (i)	10.028	1.169	11.197	190.621	4.907	195.528
Provisão depósitos judiciais	577	-	577	577	-	577
Créditos de realização duvidosa	-	-	-	93.682	(30.909)	62.773
Perdas de estoque	4.085	560	4.645	4.085	560	4.645
Provisão propaganda	135	2.426	2.561	135	2.426	2.561
Operação de hedge	3.115	(634)	2.481	1.287	(634)	653
PIS e COFINS sobre vendas – redução base ICMS	-	(23.461)	(23.461)	-	(23.461)	(23.461)
Arrendamento mercantil – IFRS 16	23.968	17.525	41.493	23.968	17.525	41.493
Ajuste a valor justo dos imóveis	-	-	-	(12.898)	(4.523)	(17.421)
Operações imobiliárias	100.351	(48.047)	52.304	101.784	(53.765)	48.019
Outras	2.236	300	2.536	2.665	5.743	8.408
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)</b>	<u>174.964</u>	<u>55.083</u>	<u>230.047</u>	<u>445.962</u>	<u>35.379</u>	<u>481.341</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>177.582</u>	-	<u>230.047</u>	<u>461.477</u>	-	<u>499.541</u>
<b>Total do passivo</b>	<u>(2.618)</u>	-	<u>(15.515)</u>	-	-	<u>(18.200)</u>

(i) O montante no consolidado está relacionado basicamente a processos tributários da Controlada PEFISA, conforme descrito na Nota 19.a.

O montante de imposto de renda e contribuição social diferidos está segregado entre as Empresas: Controladora R\$ 232.665 (2020 – R\$ 174.964), e as Controladas PEFISA R\$ 265.435 (2020 – R\$ 276.495) e Alinc R\$ (12.117) (2020 – R\$ (5.227)).

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

**13. Investimentos**

Controladas	Participação societária - %	31/12/2021	Aportes de capital	Adição por aquisição (i)	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	Transferências	31/12/2022
Hotel Jatiúca S.A.	99,94	57.417	10.500	-	-	(1.609)	(3)	66.305
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	99,99	4.167	-	-	-	(214)	(100)	3.853
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	99,99	355.007	14.600	-	(88.000)	11.419	(1.924)	291.102
Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A.	100	19.439	7.265	-	-	7.096	-	33.800
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	100	101.533	-	-	-	6.902	-	108.435
<b>Total das controladas</b>		<u>1.121.237</u>	<u>32.365</u>	<u>-</u>	<u>(138.000)</u>	<u>65.974</u>	<u>-</u>	<u>1.081.576</u>
<b>Coligada</b>								
JG Soluções em Tecnologia Ltda. (i)	49	-	-	49	-	3.128	-	3.177
<b>Investimento</b>		<u>1.121.237</u>	<u>32.365</u>	<u>49</u>	<u>(138.000)</u>	<u>69.102</u>	<u>-</u>	<u>1.084.753</u>
<b>Passivo a descoberto</b>								
Ludserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	99,80	(7)	-	-	-	-	-	(7)
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	10	(78)	-	-	-	78	-	-
<b>Total do passivo a descoberto</b>		<u>(85)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>(7)</u>

(i) Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia adquiriu 49% da participação do capital da JG Soluções em Tecnologia Ltda. pelo montante de R\$ 49 mil. O investimento nesta empresa foi registrado pelo método de equivalência patrimonial. A JG Soluções em Tecnologia Ltda. foi adquirida com a intenção de criar sinergia com os negócios preexistentes da Companhia. Não obstante, o contrato de compra incluiu uma cláusula de não concorrência, proibindo a JG Soluções de investir em outros negócios semelhantes. Para não impactar as estratégias de crescimento da Companhia.

Controladas	Participação societária - %	31/12/2020	Aportes de capital (i)	Alienação de participação societária (ii)	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	Ajuste em investimentos	31/12/2021
Hotel Jatiúca S.A.	99,94	56.328	2.195	-	-	(1.106)	-	57.417
Muricy Sociedade Comercial Ltda.	99,99	50.530	-	(41.647)	(7.299)	2.583	-	4.167
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	99,99	263.469	58.286	-	-	33.252	-	355.007
Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A.	100	-	15.264	-	-	4.175	-	19.439
Altsa Property Gestão de Ativos S.A.	100	-	46.834	(46.814)	-	(20)	-	-
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda.	100	-	101.000	-	-	533	-	101.533
<b>Total</b>		<u>997.968</u>	<u>223.579</u>	<u>(88.461)</u>	<u>(72.299)</u>	<u>51.367</u>	<u>9.083</u>	<u>1.121.237</u>
<b>Passivo a descoberto</b>								
Ludserv Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Gerais S/C Ltda.	99,8	(7)	-	-	-	-	-	(7)
Jatiúca Administradora e Serviços Ltda.	10	(76)	-	-	-	(2)	-	(78)
<b>Total do passivo a descoberto</b>		<u>(83)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(85)</u>

(i) Refere-se à transferência de imóveis, como parte do aporte de capital, com o objetivo de gerar ganhos futuros para a Companhia, este valor é composto por terrenos, prédios, avaliação a valor justo, instalações e outros;  
(ii) Refere-se à venda da participação societária da ALTSA Propriedades e Altsa Empreendimentos, a venda faz parte da reestruturação de capital da Companhia, com o objetivo de reduzir o seu endividamento, a qual não foi realizada para os acionistas.

**(a) Equalização das práticas contábeis entre sociedades controladora e controladas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem entidades que atuam nos segmentos de varejo de mercadorias e operações de financiamento. Conforme requerido pelo CPC 18 - "Investimento em Controlada e Coligada", transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes devem ser apresentadas de maneira uniforme em relação às políticas contábeis da Controladora e, consequentemente, às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Todas as Controladas possuem a mesma data-base de fechamento da Controladora.

As demonstrações financeiras da PEFISA, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e não houve divergências com as práticas contábeis adotadas no Brasil utilizadas pela Controladora na elaboração de suas demonstrações contábeis consolidadas.

**(b) Principais companhias do consolidado**

Os principais grupos de contas de ativos e passivos e de resultado das principais controladas estão apresentados como segue:

	2022					
	PEFISA	Hotel Jatiúca S.A.	Muricy Sociedade Comercial Ltda.	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda.	ALTSA Empreendimentos	ALTSA Promotora
Balancos patrimoniais						
Ativo total	4.561.586	71.766	3.871	460.128	82.154	112.759
Passivo total	(3.983.472)	(5.469)	-	(54.633)	(995)	(4.325)
Patrimônio líquido	(578.114)	(66.297)	(3.871)	(405.495)	(81.159)	(108.434)
Receita líquida de vendas	<u>1.115.371</u>	<u>31.818</u>	-	<u>37.019</u>	<u>5.861</u>	<u>261</u>
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<u>42.380</u>	<u>(1.609)</u>	<u>(214)</u>	<u>11.419</u>	<u>7.096</u>	<u>6.902</u>
Balancos patrimoniais						
Ativo total	3.189.197	72.102	4.085	432.108	20.656	101.808
Passivo total	(2.603.463)	(14.695)	-	(79.044)	(928)	(275)
Patrimônio líquido	(585.734)	(57.407)	(4.085)	(353.064)	(19.728)	(101.533)
Receita líquida de vendas	<u>805.717</u>	<u>22.694</u>	-	<u>55.513</u>	<u>4.551</u>	<u>9</u>
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<u>11.950</u>	<u>(1.106)</u>	<u>2.583</u>	<u>33.252</u>	<u>4.175</u>	<u>533</u>

**(c) Propriedade para investimentos (empresa imobiliária)**

A Companhia constituiu uma sociedade controlada que tem como objeto social a administração, locação, compra, venda e incorporação de imóveis. O capital social das novas sociedades foi integralizado mediante a transferência em anos anteriores de imóveis da Companhia, com o fim de agregar valor a esse patrimônio através da operação do novo negócio especializado. Todos os bens que foram transferidos à Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. e a Altsa Empreendimentos Imobiliários S.A. Todos esses imóveis estão classificados como propriedade para investimento na nova sociedade e, por consequência, avaliados pelo seu valor justo nas suas demonstrações financeiras individuais. Entretanto, para fins das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, somente os imóveis efetivamente alugados a terceiros estão apresentados como propriedade para

investimentos e, consequentemente avaliados ao valor justo.

Abaixo a movimentação da conta:

Valor dos bens	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	156.499	156.894
Adição ao custo	81.803	-
Baixa por alienação	(3.204)	(11.921)
Avaliação a valor justo no exercício	12.337	11.526
	<u>247.435</u>	<u>156.499</u>















## ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas

São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arthur Lundgren Tecidos S.A. - Casas Pernambucanas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Perdas estimadas em crédito	
Veja a Nota 06 das demonstrações financeiras consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme divulgado na nota explicativa 06, a Companhia realiza vendas a consumidores que são, em sua maioria, pessoas físicas e oferece crédito a tais consumidores por meio da emissão de cartões de crédito através da controlada direta Pernambucanas Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("PEFISA"). Esses créditos estão sujeitos às análises de perdas esperadas conforme definido pelo NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, sendo passíveis de redução mediante reconhecimento de provisão para as perdas estimadas em crédito. Consideramos a provisão para perdas estimadas em crédito como um principal assunto de auditoria, uma vez que é uma estimativa que requer julgamento significativo da administração, além de envolver um conjunto de fatores a serem considerados na determinação do seu valor, tais como: níveis de inadimplência, políticas de renegociação e o histórico da qualidade da carteira. Adicionalmente, consideramos a relevância dos montantes envolvidos, pulverização das operações (saldos individuais com valores não significativos) e o alto volume de transações.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o teste da conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; a análise da razoabilidade da política adotada pela Companhia e sua aderência às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRS; o recálculo da provisão com base na política estabelecida que inclui, entre outros aspectos, considerações em relação aos níveis de risco de crédito e atraso de pagamento das operações, recálculo da perda esperada, incluindo a análise amostral de clientes, para avaliação dos níveis individuais de risco; discussões periódicas com a administração; e análise quanto à adequação das respectivas divulgações em notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas estimadas em crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as políticas e premissas adotadas na mensuração e registro da provisão pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 06, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.
Mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, conforme o CPC 06 (R2) / (IFRS 16)	
Veja a Nota 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia possui registrados ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para os contratos abrangidos pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldo de ativo de direito de uso de R\$ 1.464.133 mil na Controladora e de R\$ 1.466.629 mil no Consolidado, além de passivo de arrendamento de R\$ 1.670.294 mil na Controladora e de R\$ 1.673.016 mil no Consolidado. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos montantes envolvidos, tanto em relação aos saldos patrimoniais quanto sobre o resultado do exercício, bem como às incertezas inerentes a esse tipo de cálculo e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela administração na determinação das premissas relevantes, as quais incluem, entre outras, a taxa de desconto utilizada.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação sobre as principais premissas utilizadas referentes a prazo de arrendamento, taxa de desconto e valores das contraprestações, além da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para mensuração dos impactos contábeis; análise do teste de voucher de contratos de arrendamento da Companhia, além da verificação da aderência destes contratos ao escopo da norma. Testamos também a razoabilidade dos critérios adotados pela Companhia para uma amostra de contratos selecionados de forma aleatória, considerando as informações dos contratos e de seus aditivos, além de recalculamos os montantes mensurados pela Companhia para estas transações. Por fim, examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas, incluindo os requerimentos do CPC 06 / (IFRS 16) e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os registros contábeis preparados pela Administração para mensuração dos impactos do CPC 06 / (IFRS 16) nos contratos de arrendamento, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 15, no contexto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2023.

**KPMG** Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe  
Contador CRC 1SP233011/O-8

[www.pernambucanas.com.br](http://www.pernambucanas.com.br)


Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>